

AUXILIAR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROVA ESCRITA OBJETIVA – NÍVEL MÉDIO

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo sessenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

- **4 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

Língua Portuguesa

1

Observe o início do seguinte texto narrativo:

“Um homem tinha uma fazenda perto de um rio, mas essa proximidade nunca havia trazido problema. Certo dia o rio começou a crescer e ele percebeu que sua fazenda ia ficar submersa”.

A frase que inicia propriamente a narração, é:

- (A) Um homem tinha uma fazenda perto de um rio;
- (B) ...mas essa proximidade nunca havia trazido problema;
- (C) Certo dia o rio começou a crescer;
- (D) ...e ele percebeu;
- (E) ...que sua fazenda ia ficar submersa.

2

A frase abaixo que contém marcas do enunciador, é:

- (A) Hoje, tempo bom, com chuvas no cair da tarde;
- (B) O acidente causou duas vítimas, levadas ao hospital mais próximo;
- (C) O fogão era moderno, pena que custasse tão caro;
- (D) O material de construção ficou espalhado pela calçada;
- (E) Todos os convidados chegaram atrasados ao evento.

3

A opção abaixo em que uma expressão popular foi substituída inadequadamente por linguagem formal, é:

- (A) Disse que ficou com dois rapazes na festa / Disse que namorou dois rapazes na festa;
- (B) Invadiram a casa e logo se mandaram / Invadiram a casa e logo fugiram;
- (C) Ficou zangado e deu uma bronca nos filhos / Ficou zangado e recriminou os filhos;
- (D) A menina deixou de lado o namorado / A menina desgostou do namorado;
- (E) Após o encontro, João ficou com o pé atrás / Após o encontro, João ficou desconfiado.

4

Observe o trecho inicial do romance *Dom Casmurro*:

“Uma noite destas, vindo da cidade para o Engenho Novo, encontrei no trem da Central um rapaz aqui do bairro, que eu conheço de vista e de chapéu. Cumprimentou-me, sentou-se ao pé de mim, falou da Lua e dos ministros, e acabou recitando-me versos. A viagem era curta, e os versos pode ser que não fossem inteiramente maus. Sucedeu, porém, que, como eu estava cansado, fechei os olhos três ou quatro vezes; tanto bastou para que ele interrompesse a leitura e metesse os versos no bolso. — Continue, disse eu acordando. — Já acabei, murmurou ele. — São muito bonitos. Vi-lhe fazer um gesto para tirá-los outra vez do bolso, mas não passou do gesto; estava amuado. No dia seguinte entrou a dizer de mim nomes feios, e acabou alcunhando-me Dom Casmurro”.

Como sabemos, a narração é caracterizada basicamente pela sucessão cronológica de ações ou acontecimentos e essa passagem de tempo é obtida por meio de vários fatores; a opção abaixo em que o fator indicado está exemplificado adequadamente, é:

- (A) uma localização temporal específica: “Uma noite destas...”;
- (B) uma sucessão de tempos verbais que mostram causa/consequência: “encontrei no trem da Central” e “Cumprimentou-me”;
- (C) um verbo que mostra, em sua significação, passagem de tempo: “e acabou recitando-me versos”;
- (D) elementos em adição, que indicam passagem de tempo: “falou da Lua e dos ministros”;
- (E) expressão que mostra simultaneidade de tempo: “No dia seguinte”.

5

O ato de descrever corresponde a atribuir ao objeto da descrição informações, qualificações, estados, caracterizações ou relações.

A opção abaixo em que o adjetivo indica uma caracterização, é:

- (A) relógio importado;
- (B) roupa elegante;
- (C) vestido curto;
- (D) restaurante modesto;
- (E) local fúnebre.

6

Observe o seguinte texto descritivo:

“Olhou o objeto por trás da cadeira que estava diante dele. Contornou-a e aproximou-se da mesa. Cuidadosamente, pegou o pequeno pássaro esculpido em madeira e, voltando para a cadeira, girou-o entre os dedos, examinando a pequena base pintada de azul”.

A técnica descritiva empregada nesse texto, é:

- (A) observador e objeto estão parados;
- (B) observador e objeto estão em movimento;
- (C) objeto imóvel e observador em movimento;
- (D) objeto em movimento e observador parado;
- (E) objeto e observador alternam movimento e paralisação.

7

Num samba popular de Paulinho da Viola e Hermínio Bello de Carvalho há uma descrição da favela da Mangueira, nos seguintes versos:

“Vista assim do alto
Mais parece o céu no chão”

Sobre esse pequeno texto, é correto afirmar que:

- (A) o observador está no plano horizontal em relação à favela;
- (B) os detalhes dados sobre a favela a desvalorizam;
- (C) a posição do observador favorece a descrição da favela;
- (D) a semelhança com o céu ocorre pelo distanciamento;
- (E) a expressão “céu no chão” mostra a dura realidade da favela.

8

Um leitor observou num jornal a seguinte frase: “Brasil está importando computadores moderníssimos”.

Dessa frase, o leitor elaborou mentalmente uma série de deduções ou inferências; a opção que mostra uma inferência logicamente impossível, é:

- (A) Os computadores importados são mais caros;
- (B) O Brasil não está produzindo computadores modernos em número suficiente;
- (C) Os computadores importados mostram boa qualidade;
- (D) Parte dos brasileiros está exigindo computadores moderníssimos;
- (E) Os computadores moderníssimos possibilitam maior número de operações.

9

Todas as frases abaixo mostram uma forma sublinhada, composta de não + verbo; substituindo essa forma por um só verbo, de sentido equivalente, a opção INADEQUADA, é:

- (A) As nações europeias pediram que o exército russo não avançasse em seus propósitos / recuasse;
- (B) O autor declarou que não dispunha de tempo para escrever os demais capítulos da novela / carecia;
- (C) Não aceitou a oferta pelo carro, por considerá-la baixa / recusou;
- (D) Não abriu a sua casa para evitar a curiosidade do público / fechou;
- (E) Por sua idade avançada, preferia não gastar dinheiro / economizar.

10

Todas as frases abaixo são iniciadas por um termo preposicionado; a forma adequada de reescrever uma dessas frases, eliminando a preposição e mantendo o sentido original, é:

- (A) Neste livro, há um capítulo sobre esse assunto / Este livro contém um capítulo sobre esse assunto;
- (B) No preço do hotel, está compreendido o café da manhã / O preço do hotel cobra o café da manhã;
- (C) Para este rio afluem as águas de todo o vale / Este rio deságua as águas de todo o vale;
- (D) No interesse de todos, as eleições devem acontecer / O interesse de todos evita a realização das eleições;
- (E) Pela letra se nota que o aluno escreveu apressadamente / A letra anota a escrita apressada do aluno.

11

Entre as opções abaixo, aquela que exemplifica o tipo de texto argumentativo, é:

- (A) Quando muitos estão, falem pouco;
- (B) O asterisco nada mais é do que um ponto final hippie;
- (C) Cuidado ao ler livros sobre saúde;
- (D) Segundo Aristóteles, o ignorante afirma, o sábio duvida e reflete;
- (E) Que nunca o livro fique longe de tua mão e de teus olhos.

12

Em todas as frases abaixo há orações adjetivas sublinhadas; a frase em que foi proposto um adjetivo adequado para a substituição de uma dessas orações, é:

- (A) Uma doença que se prolonga indefinidamente / hereditária;
- (B) Um mal que não mostra nenhuma gravidade / inocente;
- (C) Um vírus que pode ser transmitido a outros / crônico;
- (D) Uma gripe que vai passar logo / superficial;
- (E) Uma enfermidade que ataca o fígado / hepática.

13

O pensamento abaixo que mostra a presença de palavras sublinhadas de sentido oposto, é:

- (A) A ciência é o grande antídoto ao veneno do entusiasmo e da superstição;
- (B) A grande tragédia da ciência: o massacre de uma bela hipótese por parte de um horrível fato;
- (C) Não é possível que exista uma moral científica, mas também não é possível que haja uma ciência imoral;
- (D) O cientista não é o homem que fornece as verdadeiras respostas; é quem faz as verdadeiras perguntas;
- (E) O homem, quando sonha, é um deus, quando reflete, é um mendigo.

14

Nas opções abaixo, há comparações entre dois elementos; a opção em que o fator de comparação entre esses elementos está corretamente identificado, é:

- (A) A natureza tem a cobra, e a igreja, o diabo / a maldade;
- (B) Cada ave, com asas estendidas, é um livro de duas folhas aberto no céu / o colorido;
- (C) O céu é o pão de cada dia dos olhos / a religiosidade;
- (D) A terra é o provável paraíso perdido / a solidão;
- (E) Para quem está morto, todos os dias são domingos / a diversão.

15

“A fórmula da estabilidade democrática europeia está no equilíbrio em torno de duas grandes forças políticas: de um lado, os social-democratas e, de outro, os liberais”.

Esse segmento serve de introdução a um texto jornalístico; nesse caso, a introdução segue o modelo de uma:

- (A) declaração inicial;
- (B) divisão;
- (C) citação;
- (D) alusão histórica;
- (E) definição.

Legislação Específica

16

Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva com atribuição na defesa do meio ambiente no interior de Santa Catarina recebeu uma representação, autuada como notícia de fato, narrando determinado dano ambiental que teria sido causado por uma fábrica de cerâmica.

De acordo com o Ato nº 395/2018/PGJ, que disciplina, entre outros, a notícia de fato, no âmbito do Ministério Público de Santa Catarina, no caso em tela, o promotor de Justiça:

- (A) deverá decidir, no prazo de trinta dias, a contar do recebimento da notícia de fato, prorrogável uma vez, fundamentadamente, por até noventa dias, sobre a instauração do procedimento próprio;
- (B) poderá realizar diligências preliminares e, vencido o prazo legal e comprovado que os fatos narrados se encontram solucionados, será indeferida a instauração de investigação e a notícia de fato será arquivada mediante remessa obrigatória ao Conselho Superior, para fins de homologação;
- (C) poderá realizar diligências preliminares, como requisições de informações e documentos a órgãos públicos e privados, no prazo de trinta dias, a contar do recebimento da notícia de fato, prorrogável uma vez por igual período, fundamentadamente, sobre a instauração do procedimento próprio;
- (D) deverá indeferir a instauração de investigação caso se comprove, no prazo legal, que os fatos já foram objeto de investigação ou de ação judicial, ocasião em que a notícia de fato será arquivada mediante remessa obrigatória ao Órgão Especial, para fins de homologação;
- (E) deverá indeferir a instauração de investigação caso a lesão ao bem jurídico tutelado seja manifestamente insignificante, nos termos de jurisprudência consolidada ou orientação do Conselho Superior, ocasião em que a notícia de fato será arquivada mediante remessa obrigatória ao Órgão Especial, para fins de homologação.

17

Em relação às Subprocuradorias-Gerais de Justiça no âmbito do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, de acordo com a sua Lei Orgânica (Lei Complementar nº 738/2019), o procurador-geral de Justiça poderá designar para as funções de subprocurador-geral de Justiça:

- (A) apenas procuradores de Justiça com mais de dez anos de carreira, até o limite de cinco;
- (B) apenas procuradores de Justiça com mais de quinze anos de carreira, até o limite de três;
- (C) apenas promotores de Justiça, desde que vitalícios e da mais elevada entrância, até o limite de três;
- (D) procuradores de Justiça ou promotores de Justiça, desde que vitalícios e da mais elevada entrância, até o limite de três;
- (E) procuradores de Justiça ou promotores de Justiça da mais elevada entrância e com mais de dez anos de carreira, até o limite de quatro.

18

Consoante dispõe o Ato nº 255/2019/PGJ, que dispõe sobre as atribuições das Secretarias das Promotorias de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina, assinale a atividade abaixo que NÃO representa uma das atribuições da Secretaria das Promotorias de Justiça:

- (A) executar as ações relativas ao Projeto Gestão de Resíduos e ao Programa Boas Práticas;
- (B) enviar as correspondências das Promotorias de Justiça no prazo máximo de trinta dias úteis, salvo impossibilidade justificada, a ser informada ao respectivo órgão de execução;
- (C) comunicar, imediatamente, à Gerência de Patrimônio da ocorrência de furto, perda, extravio de bens permanentes ou de transferência não autorizada destes para outra unidade do Ministério Público;
- (D) remeter às Promotorias de Justiça no mesmo dia, ou, excepcionalmente, até o dia útil seguinte, o cadastro dos atendimentos realizados e os documentos correspondentes eventualmente digitalizados;
- (E) solicitar bens permanentes, materiais de expediente e de consumo em geral em quantidade suficiente aos serviços da Secretaria e das Promotorias de Justiça, realizando o devido controle de estoque e velando pela economicidade e adequada utilização.

19

João é servidor público ocupante do cargo efetivo de auxiliar do Ministério Público do Estado de Santa Catarina e não exerce qualquer função de confiança ou cargo em comissão.

Consoante dispõe a Lei Complementar nº 736/2019, que consolida as Leis que instituem o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Pessoal do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, a jornada de trabalho de João é de:

- (A) seis horas diárias e trinta horas semanais;
- (B) oito horas diárias, executada em dois turnos, e quarenta horas semanais;
- (C) sete horas diárias ininterruptas e trinta e cinco horas semanais;
- (D) trinta horas semanais, que serão prestadas com carga horária diária de quatro a oito horas, desde que cumprida a citada carga horária semanal;
- (E) quarenta horas semanais, que serão prestadas com carga horária diária de sete a nove horas, desde que cumprida a citada carga horária semanal.

20

José, servidor público civil ocupante de cargo efetivo do Estado de Santa Catarina, durante seu horário e local de expediente, violou direito ou prerrogativa de advogado no exercício de sua função. Sabe-se que essa foi a primeira vez em que José se envolveu em infração disciplinar.

De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Santa Catarina (Lei nº 6.745/1985 atualizada), cumpridas as formalidades legais, José está sujeito à pena disciplinar de:

- (A) repreensão verbal;
- (B) repreensão escrita;
- (C) suspensão de até trinta dias;
- (D) suspensão de até noventa dias;
- (E) demissão.

Raciocínio Lógico-Quantitativo

21

Sabe-se que:

- Todo A é B.
- Nem todo B é C.

É correto concluir que:

- (A) todo A é C;
 (B) nenhum A é C;
 (C) algum C não é B;
 (D) algum B não é C;
 (E) algum C não é A.

22

Considere as matrizes $A = \begin{bmatrix} a & b & c \\ d & e & f \\ g & h & k \end{bmatrix}$ e $B = \begin{bmatrix} 2a & c & 3b \\ 2d & f & 3e \\ 2g & k & 3h \end{bmatrix}$.

Sendo $\det(A)$ e $\det(B)$ os determinantes das matrizes A e B, respectivamente, tem-se que:

- (A) $\det(A) = 6 \times \det(B)$;
 (B) $\det(A) = -6 \times \det(B)$;
 (C) $\det(B) = 6 \times \det(A)$;
 (D) $\det(B) = -6 \times \det(A)$;
 (E) $\det(A) = \det(B)$.

23

ALESSANDRA escreveu em 10 cartões diferentes cada uma das 10 letras do seu nome e colocou esses cartões em uma urna.

A seguir, ela retirou, aleatoriamente e em sequência, 3 cartões da urna.

A probabilidade de que ALESSANDRA tenha retirado os 3 cartões com a letra "A" é:

- (A) $\frac{1}{120}$;
 (B) $\frac{7}{120}$;
 (C) $\frac{1}{40}$;
 (D) $\frac{3}{10}$;
 (E) $\frac{3}{7}$.

24

Quatro casais foram ao cinema e vão sentar em 8 cadeiras consecutivas em uma mesma fileira.

O número de maneiras distintas de os 4 casais se sentarem nas 8 cadeiras, de modo que cada mulher se sente ao lado de seu marido, é:

- (A) 24;
 (B) 96;
 (C) 256;
 (D) 384;
 (E) 576.

25

Sejam A e B as raízes da equação $x^2 - 7x + 4 = 0$.O valor de $A^2 + B^2$ é:

- (A) 49;
 (B) 41;
 (C) 36;
 (D) 28;
 (E) 11.

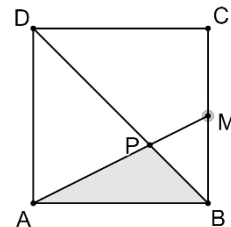
26

Seja $A = \begin{bmatrix} 2 & 1 \\ 3 & 1 \end{bmatrix}$.A soma dos elementos da matriz A^2 é:

- (A) 10;
 (B) 12;
 (C) 15;
 (D) 23;
 (E) 30.

27

No quadrado ABCD da figura abaixo, M é o ponto médio do lado BC.



A fração que a área do triângulo PAB representa da área do quadrado é:

- (A) $\frac{1}{4}$;
 (B) $\frac{1}{6}$;
 (C) $\frac{1}{8}$;
 (D) $\frac{1}{9}$;
 (E) $\frac{1}{12}$.

28

No triângulo ABC, $AB = AC = 3$ e $BC = 2$.

O seno do ângulo B é igual a:

- (A) $\frac{1}{3}$;
 (B) $\frac{\sqrt{2}}{2}$;
 (C) $\frac{2\sqrt{2}}{3}$;
 (D) $\frac{2\sqrt{3}}{3}$;
 (E) $\frac{\sqrt{3}}{2}$.

29

$$\text{Sabe-se que } \begin{cases} 2x - y = 9 \\ 3x - 2y = 5 \end{cases}$$

O valor de $x + y$ é:

- (A) 16;
- (B) 18;
- (C) 24;
- (D) 26;
- (E) 30.

30

A equação

$$\frac{3}{x-1} + \frac{2}{x+1} = 2$$

possui uma raiz negativa.

A raiz negativa da equação dada está no intervalo:

- (A) $(-1, 0)$;
- (B) $(-2, -1)$;
- (C) $(-3, -2)$;
- (D) $(-4, -3)$;
- (E) $(-5, -4)$.

Conhecimentos Específicos

31

Henri Fayol foi um dos principais pensadores da Teoria Clássica da Administração. Entre suas contribuições, está a formulação das funções do administrador e a proposição de um conjunto de princípios da administração, influenciando o pensamento e a prática administrativa.

São princípios da administração, como propostos por Fayol:

- (A) impessoalidade; organização; unidade de comando;
- (B) disciplina; planejamento; hierarquia;
- (C) coordenação; espírito de equipe; unidade de direção;
- (D) estabilidade do pessoal; divisão do trabalho; equidade;
- (E) decisão racional; caráter formal das comunicações; iniciativa.

32

Um funcionário que ocupava um cargo de gerente na área comercial de uma organização dedicava boa parte do seu tempo à programação do trabalho dos subordinados e à partilha de informação com os subordinados por meio de reuniões formais. Ao ser promovido ao cargo de diretor da área, passou a dedicar a maior parte do tempo à identificação de novas oportunidades de negócios para a organização.

Os papéis desempenhados pelo funcionário como gerente e o papel desempenhado como diretor são, respectivamente:

- (A) alocador de recursos; disseminador; empreendedor;
- (B) monitor; porta-voz; negociador;
- (C) líder; elemento de ligação; empreendedor;
- (D) alocador de recursos; disseminador; negociador;
- (E) líder; porta-voz; negociador.

33

Um gerente de certa organização recebeu as seguintes incumbências: desenhar os cargos e tarefas de sua área; atribuir bônus de produtividade aos funcionários.

Ao realizar essas incumbências, o gerente estará exercendo, respectivamente, as seguintes funções administrativas:

- (A) organização; planejamento;
- (B) organização; controle;
- (C) planejamento; direção;
- (D) organização; direção;
- (E) planejamento; controle.

34

Em todas as organizações, o trabalho dos funcionários é objeto da função controle, para garantir que os esforços sejam coordenados e direcionados ao atingimento dos objetivos organizacionais. Assim, técnicas comportamentais de controle são utilizadas, de forma a assegurar que os funcionários estejam fazendo o que a organização espera deles.

É uma técnica de controle comportamental, entre outras:

- (A) especialização do trabalho;
- (B) cadeia de comando;
- (C) incentivos e bônus;
- (D) processo decisório participativo;
- (E) comunicação interna.

35

Uma empresa de alimentos adota, em seu primeiro nível hierárquico, a seguinte departamentalização: divisão biscoitos; divisão cafés; divisão chocolates.

Uma das desvantagens desse tipo de departamentalização é:

- (A) rigidez para adaptação a condições externas;
- (B) dificuldades para inovação;
- (C) custos operacionais altos;
- (D) riscos operacionais altos;
- (E) dificuldades para controle do desempenho dos produtos.

36

Barreiras à comunicação eficaz são um fenômeno comum nas organizações. Uma delas deriva diretamente do fato de que o receptor de uma mensagem vê e escuta de acordo com suas necessidades, motivações e outras características pessoais.

Essa barreira é conhecida como:

- (A) enquadramento (*framing*);
- (B) sobrecarga motivacional;
- (C) codificação inadequada;
- (D) filtragem;
- (E) percepção seletiva.

37

Um gerente percebe que sua equipe está insatisfeita e desmotivada para a realização do trabalho. O gerente marcou uma reunião com os membros da equipe, para que pudessem exprimir as razões da sua desmotivação. De uma maneira geral, os membros da equipe relataram que: percebem que a avaliação de desempenho não é transparente e que “sempre as mesmas pessoas recebem as avaliações mais altas”; valorizam, acima de tudo, a cooperação e um ambiente de trabalho amigável.

De acordo com as teorias de motivação, os membros da equipe apresentam:

- (A) percepção de injustiça distributiva; necessidade de segurança;
- (B) percepção de injustiça distributiva; necessidade de afiliação;
- (C) percepção de injustiça processual; necessidade de realização;
- (D) percepção de injustiça processual; necessidade de afiliação;
- (E) percepção de injustiça processual; necessidade de segurança.

38

O processo de planejamento formal apresenta diversos benefícios para a organização, tais como proporcionar um senso de direção para a ação organizacional. No entanto, o planejamento formal também é alvo de críticas, que apontam suas potenciais desvantagens.

Segundo essas críticas, o planejamento formal:

- (A) dificulta o estabelecimento de parâmetros de controle;
- (B) cria rigidez e reduz a flexibilidade organizacional;
- (C) atua como fonte de desmotivação para os gerentes médios;
- (D) cria redundâncias, diminuindo a eficiência organizacional;
- (E) agrava o impacto das mudanças ambientais.

39

Um gerente precisa montar a rede PERT de um projeto para redução de custos na organização em que trabalha. Uma das atividades cruciais no projeto é a instalação de painéis solares para geração de energia. O gerente trabalha com as seguintes estimativas para a duração dessa atividade: otimista, 40 dias; pessimista, 88 dias; mais provável, 52 dias.

O tempo esperado para essa atividade é de:

- (A) 52 dias;
- (B) 56 dias;
- (C) 60 dias;
- (D) 66 dias;
- (E) 88 dias.

40

Uma organização adota sistema de reposição contínua para o estoque de determinado insumo. O consumo mensal do insumo é, em média, de 200 unidades, mas como a demanda apresenta flutuações, a organização mantém um estoque de segurança de 60 unidades desse insumo. A organização compra o insumo de um fornecedor em lotes de 220 unidades, com tempo de ressuprimento de 15 dias, a um preço de R\$ 30,00 por unidade. O custo de pedido é de R\$ 20,00.

Na situação descrita, o estoque médio é de:

- (A) 100 unidades;
- (B) 110 unidades;
- (C) 130 unidades;
- (D) 160 unidades;
- (E) 170 unidades.

41

Joana, ocupante do cargo de auxiliar administrativo do Ministério Público do Estado Alfa, durante atendimento no balcão da Secretaria da Promotoria onde está lotada, recebeu do cidadão José uma representação escrita, narrando graves fatos ilícitos que ensejariam a atuação do Ministério Público, que o noticiante imputava a determinada sociedade empresária. Tendo em vista que o sócio administrador da referida sociedade é irmão de Joana, a servidora resolveu não dar andamento à notícia e rasgou o documento escrito trazido por José. Diante da não atuação do Ministério Público no caso, exclusivamente em razão da conduta de Joana, José sofreu comprovados danos materiais.

Inconformado com a conduta da servidora e a omissão do *parquet*, José ajuizou ação indenizatória em face:

- (A) de Joana, por sua responsabilidade civil objetiva, de maneira que não será necessária a comprovação de ter agido a servidora com dolo ou culpa;
- (B) do Ministério Público do Estado Alfa, por sua responsabilidade civil objetiva, de maneira que não será necessária a comprovação de ter agido Joana com dolo ou culpa;
- (C) do Estado Alfa, por sua responsabilidade civil objetiva, de maneira que não será necessária a comprovação de ter agido Joana com dolo ou culpa;
- (D) do Ministério Público do Estado Alfa, por sua responsabilidade civil subjetiva, de maneira que será necessária a comprovação de ter agido Joana com dolo ou culpa;
- (E) do Estado Alfa, por sua responsabilidade civil subjetiva, de maneira que será necessária a comprovação de ter agido Joana com dolo ou culpa.

42

João é servidor público do Ministério Público do Estado Beta e exerce a função de confiança de diretor do Departamento de Segurança e Inteligência daquele Ministério Público.

Com as informações fornecidas, de acordo com o texto constitucional, é correto afirmar que João:

- (A) é necessariamente servidor ocupante de cargo em comissão;
- (B) é necessariamente servidor ocupante de cargo efetivo;
- (C) é necessariamente servidor não concursado e exonerável *ad nutum*;
- (D) pode deixar de exercer a função de confiança apenas a pedido ou mediante processo administrativo disciplinar;
- (E) pode ser servidor concursado ou não concursado, e não tem direito subjetivo de permanecer exercendo a função de confiança.

43

O Ministério Público do Estado Alfa celebrou contrato administrativo com a sociedade empresária Beta, para aquisição de notebooks funcionais para os seus membros. Ocorre que a contratada não cumpriu o que constou no edital de licitação e no respectivo contrato, haja vista que forneceu computadores com menos capacidade de memória e sem outras funcionalidades. Diante do ilícito praticado, o Ministério Público do Estado Alfa tomou diversas providências, entre elas a aplicação de sanção administrativa prevista em lei, após regular processo administrativo.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, a aplicação da mencionada sanção foi embasada diretamente no poder administrativo:

- (A) de polícia, diante da prévia relação contratual existente;
- (B) disciplinar, diante da prévia relação contratual existente;
- (C) discricionário, independentemente da prévia relação contratual existente;
- (D) normativo, diante da supremacia do contratante sobre o contratado, que representa o poder público;
- (E) hierárquico, diante da supremacia do contratante sobre o contratado, que representa o poder público.

44

José, auxiliar administrativo do Ministério Público do Estado Alfa, exerce a função de gerente de pagamento no Departamento de Recursos Humanos. No exercício de suas funções, José praticou ato administrativo dentro de sua esfera de competência, mas afastando-se do interesse público, eis que a real motivação do ato foi retaliar João, igualmente servidor público do Ministério Público, e seu antigo desafeto.

No caso em tela, de acordo com o que ensina a doutrina de Direito Administrativo, José agiu:

- (A) ilicitamente, com abuso de poder, na modalidade excesso de poder, eis que atuou fora dos limites de sua capacidade;
- (B) ilicitamente, com abuso de poder, na modalidade desvio de poder, eis que se afastou da finalidade pública;
- (C) licitamente, com regular emprego do poder discricionário, eis que o ato não precisa ser motivado e a análise do mérito administrativo cabe apenas ao agente;
- (D) licitamente, com regular emprego do poder vinculado, eis que o ato não precisa ser motivado e a análise do mérito administrativo cabe apenas ao agente e aos seus superiores;
- (E) licitamente, com regular emprego do poder discricionário, eis que a análise do mérito administrativo cabe apenas ao agente e ao procurador-geral de Justiça.

45

O promotor de Justiça João exerce a função de consultor jurídico da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado Beta. Instado pelo procurador-geral de Justiça, João emitiu parecer sobre a viabilidade jurídica da celebração de um termo de cooperação técnica a ser firmado com o Tribunal de Contas do Estado Beta.

Consoante ensina a doutrina de Direito Administrativo, em especial em matéria de classificação do ato administrativo quanto ao critério dos efeitos, o parecer subscrito por João tem natureza de ato administrativo:

- (A) constitutivo, que se caracteriza por uma opinião jurídica, que tem o condão de produzir efeitos jurídicos;
- (B) declaratório, que se caracteriza por declarar o entendimento jurídico da consultoria, modificando ou extinguindo direitos;
- (C) vinculado, que se caracteriza por impedir a celebração do instrumento, caso o parecer indique alguma ilegalidade;
- (D) enunciativo, que se caracteriza por um juízo de valor, dependendo, ainda, de outros atos de caráter decisório;
- (E) discricionário, que se caracteriza por mera opinião do consultor, levando em conta critérios de oportunidade e conveniência e com caráter vinculante.

46

Em junho de 2022, o Ministério Público do Estado Gama pretende realizar a contratação de determinados serviços que só podem ser fornecidos por representante comercial exclusivo.

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, a mencionada contratação:

- (A) deverá ocorrer mediante prévia e imprescindível licitação, cuja modalidade será escolhida de acordo com o valor estimado do contrato;
- (B) deverá ocorrer mediante prévia e imprescindível licitação, cuja modalidade será o diálogo competitivo;
- (C) deverá ocorrer mediante prévia e imprescindível licitação, cuja modalidade será escolhida de acordo com as peculiaridades do objeto da licitação, conforme estabelecido no edital do certame;
- (D) ocorrerá por dispensa de licitação, e o Ministério Público deverá demonstrar a inviabilidade de competição mediante atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo capaz de comprovar que o objeto é prestado por representante comercial exclusivo, vedada a preferência por marca específica;
- (E) ocorrerá por inexigibilidade de licitação, e o Ministério Público deverá demonstrar a inviabilidade de competição mediante atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo capaz de comprovar que o objeto é prestado por representante comercial exclusivo, vedada a preferência por marca específica.

47

Sabe-se que a Lei nº 8.429/1992 estabelece que a posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, que tenha sido apresentada à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente. Tal declaração de bens será atualizada anualmente e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, do cargo, do emprego ou da função.

Nesse contexto, de acordo com a atual redação da lei de improbidade administrativa, o agente público que se recusar a prestar tal declaração dos bens dentro do prazo determinado ou que prestar declaração falsa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis:

- (A) será apenado com a pena de demissão;
- (B) será apenado com a pena de advertência;
- (C) será apenado com a pena de suspensão;
- (D) terá seus vencimentos suspensos por até noventa dias;
- (E) terá seus vencimentos suspensos até apresentar o documento.

48

Analise os conceitos de duas entidades que integram a administração indireta:

I. Pessoa jurídica de direito privado, criada por autorização legal, sob a forma de sociedade anônima, cujo controle acionário pertença ao poder público, tendo por objetivo, como regra, a exploração de atividades gerais de caráter econômico e, em algumas ocasiões, a prestação de serviços públicos.

II. Pessoa jurídica de direito público, criada por lei específica para desempenhar funções que, despidas de caráter econômico, são próprias e típicas do Estado.

As entidades acima conceituadas são, respectivamente:

- (A) empresa pública e fundação pública;
- (B) fundação privada e autarquia;
- (C) sociedade de economia mista e autarquia;
- (D) sociedade de economia mista e empresa pública;
- (E) empresa pública e autarquia.

49

João ocupava o cargo efetivo de auxiliar administrativo do Ministério Público do Estado Alfa há oito anos, quando foi demitido, após processo administrativo disciplinar. Após a demissão de João, a servidora estável Joana passou a ocupar a vaga anteriormente ocupada por seu colega.

Ocorre que João conseguiu reunir provas de sua inocência e obteve êxito em processo judicial, de maneira que sua demissão foi declarada nula, por meio de sentença já transitada em julgado.

De acordo com o texto constitucional, invalidada por decisão judicial sua demissão, João será:

- (A) reintegrado, e Joana será reconduzida ao cargo de origem, com direito à indenização, aposentada, caso já tenha o tempo necessário, ou posta em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de contribuição;
- (B) readaptado, e Joana será promovida por antiguidade no primeiro cargo a vagar ou posta em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de contribuição;
- (C) reconduzido a seu cargo de origem, e Joana será reintegrada ao cargo inicial, com direito à indenização e, caso o cargo inicial esteja ocupado, será posta em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de contribuição;
- (D) readaptado, e Joana será reintegrada ao cargo de origem, sem direito à indenização, aproveitada em outro cargo ou posta em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço;
- (E) reintegrado, e Joana será reconduzida ao cargo de origem, sem direito à indenização, aproveitada em outro cargo ou posta em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

50

Por meio de sua Súmula 615, o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que não pode ocorrer ou permanecer a inscrição do município em cadastros restritivos fundada em irregularidades na gestão anterior quando, na gestão sucessora, são tomadas as providências cabíveis à reparação dos danos eventualmente cometidos.

Trata-se de jurisprudência afeta ao princípio da Administração Pública da:

- (A) moralidade administrativa;
- (B) progressividade subjetiva da gestão pública;
- (C) atualidade dos serviços públicos;
- (D) continuidade objetiva da gestão pública;
- (E) intranscendência subjetiva das sanções.

51

João, estudante de direito que retornava para casa logo após o encerramento das aulas do período da manhã, parado no ponto do ônibus, constatou que uma criança estava sendo duramente espancada no interior da casa em frente.

À luz da sistemática constitucional, João:

- (A) pode solicitar um mandado judicial e ingressar no local para fazer cessar o espancamento;
- (B) pode ingressar no local, ainda que contra a vontade do morador, e prender o agressor;
- (C) apenas pode procurar um agente policial ou um representante do Ministério Público para que eles ingressem no local e prendam o agressor;
- (D) pode determinar, sob o amparo da lei, que o agressor cesse o espancamento, mas sem ingressar no local, a não ser que haja consentimento do morador ou ordem judicial;
- (E) apenas pode procurar um policial ou um representante do Ministério Público para que eles obtenham um mandado judicial, de modo a ingressar no local e prender o agressor.

52

Jean, cidadão francês que há muito residia no território brasileiro, constatou que o rio XX, com nascente no Município vizinho, estava sendo degradado em razão do despejo de resíduos sólidos realizado por uma indústria clandestina.

Irresignado com essa situação, procurou um advogado e solicitou que lhe fosse informado como deveria proceder, considerando o fato de ser estrangeiro, para que pudesse manejar a ação constitucional cabível, de modo a buscar a reparação dos danos causados ao meio ambiente.

O advogado respondeu, corretamente, que Jean deveria:

- (A) se naturalizar brasileiro, o que importaria na aquisição dos direitos políticos, conferindo-lhe legitimidade para ajuizar a ação constitucional cabível;
- (B) se naturalizar brasileiro e promover o seu alistamento eleitoral, requisitos para que possa ajuizar a ação constitucional cabível;
- (C) ajuizar a ação constitucional cabível, pois o estrangeiro residente no território nacional possui direitos fundamentais idênticos ao brasileiro;
- (D) ajuizar a ação constitucional cabível, ao alcance da pessoa humana, independentemente de sua nacionalidade e da fruição de direitos políticos;
- (E) promover o seu alistamento eleitoral, o que iria conferir legitimidade para ajuizar a ação constitucional cabível.

53

Após regular tramitação de processo criminal no qual lhe foram plenamente asseguradas as garantias do contraditório e da ampla defesa, Maria foi condenada. Em razão das características da infração penal que praticara e de sua condição pessoal, foi condenada à pena de prestação de serviços à comunidade por alguns meses. A pena foi integralmente cumprida, com a correlata declaração de extinção da punibilidade.

Preocupada com a possibilidade de não participar das eleições, a serem realizadas em dois anos, pois almejava votar em dois primos que concorreriam a cargos eletivos, procurou um advogado e o questionou sobre os efeitos da condenação criminal em relação à sua capacidade eleitoral ativa.

Foi corretamente respondido a Maria que a sua condenação, nas circunstâncias indicadas:

- (A) a impedirá de votar nas eleições a serem realizadas nos cinco anos subsequentes, período necessário para que a anotação na folha penal de Maria deixe de produzir efeitos;
- (B) a impedirá de votar em qualquer eleição que vier a ser realizada, considerando a sua situação de “ficha suja”, decorrente da condenação criminal;
- (C) não a impedirá de votar nas próximas eleições, considerando que, pelo tempo que irá decorrer, os seus direitos políticos não estarão suspensos;
- (D) não a impedirá de votar nas próximas eleições, desde que Maria obtenha uma decisão judicial reconhecendo a sua reabilitação;
- (E) a impedirá de votar nas próximas eleições, mas apenas se tiver sido condenada por crime contra a Administração Pública.

54

O partido político XX notabilizou-se no território nacional pela luta em prol de minorias historicamente discriminadas em nosso ambiente sociopolítico. Apesar da relevância de suas atividades, os recursos que angariava estavam se mostrando insuficientes em razão das múltiplas vertentes de sua atuação. Por tal razão, solicitou que sua assessoria analisasse a possibilidade de que fossem captados recursos financeiros junto a sujeitos de direito estrangeiros, mais especificamente junto a (1) organizações não governamentais voltadas à proteção das minorias, (2) organizações internacionais formadas por Estados de Direito e (3) governos estrangeiros.

A assessoria respondeu, corretamente, que:

- (A) não poderiam ser recebidos recursos financeiros dos sujeitos referidos em (1), (2) e (3) nem haver subordinação em relação a eles;
- (B) poderiam ser recebidos recursos financeiros dos sujeitos referidos em (1), (2) e (3), desde que o partido político XX não se subordinasse a eles;
- (C) poderiam ser recebidos recursos financeiros dos sujeitos referidos apenas em (1) e (2), mas o partido político XX não poderia se subordinar a eles;
- (D) poderiam ser recebidos recursos financeiros apenas dos sujeitos referidos em (1), mas o partido político XX não poderia se subordinar a eles;
- (E) poderiam ser recebidos recursos financeiros dos sujeitos referidos em (1), (2) e (3), mas o partido político XX não poderia se subordinar ao último deles.

55

Diversas organizações da sociedade civil passaram a defender a necessidade de o Município Alfa deixar de existir e ser incorporado pelo Município Beta. Apesar disso, importantes lideranças sociais defendiam a impossibilidade de que isto viesse a ocorrer, considerando os princípios do federalismo brasileiro.

À luz da sistemática constitucional, a incorporação alvitrada:

- (A) pode ocorrer, o que exige manifestação favorável, em plebiscito, das populações dos Municípios envolvidos, com posterior emenda à Constituição da República de 1988;
- (B) não pode ocorrer, pois a federação é caracterizada pela união indissolúvel dos entes federativos, princípio que seria burlado se fosse possível a extinção de qualquer deles;
- (C) pode ocorrer, o que pressupõe lei complementar indicando o período em que é possível, lei estadual dispendo sobre o desmembramento, além dos demais requisitos exigidos;
- (D) pode ocorrer, o que exige emenda à Constituição Estadual prevendo essa possibilidade, após manifestação favorável, em plebiscito, das populações dos Municípios envolvidos;
- (E) pode ocorrer, o que pressupõe lei estadual indicando o período em que pode ocorrer, leis dos Municípios envolvidos e manifestação favorável, em plebiscito, das populações dos Municípios envolvidos.

56

Após ampla reforma administrativa levada a efeito pela Lei nº XX do Estado Alfa, foi estabelecido um rígido protocolo de isonomia no âmbito do serviço público estadual. Esse protocolo tinha por objetivo preservar a equidistância entre a remuneração recebida pelos servidores públicos estaduais e os servidores públicos federais, cujos cargos fossem providos a partir da exigência de requisitos de qualificação semelhantes e que tivessem atribuições similares. Com isso, uma vez reajustados os vencimentos do cargo federal, o mesmo ocorreria em relação ao cargo estadual correspondente.

A técnica de reajuste vencimental utilizada pelo Estado Alfa é:

- (A) inconstitucional, pois é vedada essa forma de vinculação de espécies remuneratórias;
- (B) inconstitucional, pois as questões remuneratórias de caráter geral devem ser disciplinadas em lei federal;
- (C) constitucional, desde que a vinculação entre as espécies remuneratórias tenha sido estabelecida na Constituição Estadual;
- (D) constitucional, desde que a vinculação entre as espécies remuneratórias tenha sido estabelecida em lei complementar;
- (E) constitucional, desde que a vinculação entre as espécies remuneratórias tenha sido estabelecida em lei ordinária de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo.

57

Maria, juíza de Direito no Estado Alfa, era titular da Vara Única da Comarca XX. Em razão do reduzido quantitativo de processos em tramitação nesse órgão jurisdicional, decidiu-se pela extinção desse órgão jurisdicional, o mesmo ocorrendo em relação ao cargo de Maria.

Nesse caso, Maria deve ser:

- (A) demitida, cessando por completo o seu vínculo com o Poder Judiciário do Estado Alfa;
- (B) posta em disponibilidade, não podendo exercer outro cargo ou função, salvo uma de magistério;
- (C) posta em disponibilidade, cessando, com isso, em caráter permanente, todas as vedações constitucionais incidentes sobre os juízes;
- (D) posta em disponibilidade, podendo exercer a advocacia e praticar outras condutas vedadas aos magistrados, até que ocorra o seu aproveitamento;
- (E) aposentada, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, cessando, com isso, todas as vedações constitucionais incidentes sobre os juízes.

58

João, estudioso do Direito Constitucional, realizou alentado estudo a respeito das competências do Supremo Tribunal Federal, mais especificamente em relação ao local em que devem ser detalhadas e à luz da dicotomia entre “competências originárias” e “competências recursais”.

Ao fim, concluiu, corretamente, que as competências desse Tribunal:

- (A) estão previstas na ordem constitucional e na legislação infraconstitucional, sendo originárias e recursais, neste último caso com a análise apenas de recursos especiais e extraordinários;
- (B) estão previstas na ordem constitucional e na legislação infraconstitucional, sendo tanto originárias como recursais, neste último caso com a análise apenas de recursos extraordinários;
- (C) estão previstas apenas na ordem constitucional, isto em relação às competências originárias, mas as recursais podem ser previstas na legislação infraconstitucional;
- (D) estão previstas apenas na ordem constitucional, sendo tão somente originárias, não recursais, o que não pode ser estendido pela legislação infraconstitucional;
- (E) estão previstas apenas na ordem constitucional, sendo tanto originárias como recursais, neste último caso com a análise de recursos ordinários e extraordinários.

59

Maria, parte autora em uma relação processual, foi surpreendida com o deferimento de uma liminar em situação na qual, a seu ver, tanto fatos como normas eram-lhe totalmente favoráveis. Por tal razão, procurou o seu advogado e o questionou sobre a possibilidade de representar ao Conselho Nacional de Justiça para que a decisão judicial seja revista.

O advogado respondeu-lhe, corretamente, que o Conselho Nacional de Justiça:

- (A) não pode reformar a referida decisão, por possuir natureza jurisdicional;
- (B) pode reapreciar livremente a referida decisão, considerando a sua função de órgão de controle interno;
- (C) pode reformar a referida decisão, mas apenas se for demonstrada a sua manifesta contrariedade aos fatos e ao direito;
- (D) apenas pode reformar a referida decisão caso seja comprovada a ocorrência de uma situação de impedimento do juiz;
- (E) apenas pode reformar a referida decisão caso seja comprovada a ocorrência de uma situação de impedimento ou suspeição do juiz.

60

Ana, promotora de Justiça da Comarca Alfa, instaurou procedimento investigatório criminal para apurar a conduta de João, filho de um influente político que tinha sua base eleitoral na região.

Insatisfeito com a postura de Ana, o político solicitou que sua assessoria analisasse se a promotora pode ser removida compulsoriamente do seu órgão de execução, sendo-lhe corretamente respondido que:

- (A) a garantia da inamovibilidade veda a remoção compulsória de Ana em qualquer hipótese;
- (B) apenas o procurador-geral de Justiça pode decidir pela remoção compulsória de Ana;
- (C) apenas o Conselho Nacional do Ministério Público pode decidir pela remoção compulsória de Ana;
- (D) apenas por decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, por motivo de interesse público, pode ser determinada a remoção compulsória de Ana;
- (E) apenas por decisão do procurador-geral de Justiça ou do órgão colegiado competente do Ministério Público pode ser determinada a remoção compulsória de Ana.

Realização

